

10^o

FEPEG FÓRUM

ENSINO • PESQUISA
EXTENSÃO • GESTÃO
RESPONSABILIDADE SOCIAL: INDISSOCIABILIDADE
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



ISSN 1806-549 X

Autor(es): FILOMENA LUCIENE CORDEIRO REIS, JOÃO OLÍMPIO SOARES DOS REIS

Educação e Arquivos Escolares: Possibilidades para Construção da Memória Educativa em Montes Claros, Minas Gerais (1983 a 2015)

Introdução

O presente estudo visa estudar os arquivos públicos escolares, especificamente da Escola Estadual Belvinda Ribeiro localizado na cidade de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil, enquanto lugar de construção do processo educativo. A pesquisa objetiva investigar esses arquivos no intuito de conhecer seu acervo desde a elaboração do documento aos métodos de organização e a recuperação da informação, que possibilitam a construção do processo educacional.

Para tanto, foi necessário visitas aos arquivos da citada Escola para conhecer o Arquivo Escolar e analisá-lo, enquanto instrumento possibilitador do ato de educar.

O problema da pesquisa consistiu em averiguar e entender as possibilidades ou não da utilização deste material – documentos produzidos pela Escola sobre o estudante – em relação ao procedimento educativo. Nesta perspectiva, a partir do nosso objeto de estudo – Arquivo da Escola Estadual Belvinda Ribeiro - foi observado o contexto da prática educacional em três categorias: tempo, espaço e discurso.

A abordagem teórica como base para a análise foi o conceito de dispositivo pedagógico do sociólogo da educação, Basil Bernstein, que oferece a possibilidade de uma visão sistêmica dos mecanismos de formação e operação dos processos existentes de educação sobre o arquivo escolar.

Material e métodos

A. Material Utilizado

Essa pesquisa constituiu, em princípio, como de observação do setor de arquivo da Escola, assim como da utilização do material depositado nesse espaço. Nesse sentido, utilizamos como material de pesquisa, o próprio espaço destinada a guarda dos documentos da Escola; a documentação diversa produzida e/ou recebida pela Instituição; entrevistas realizadas com os profissionais da Escola; e jornais que tratam sobre a Entidade. Esse material consistiu em fontes de estudo importantes para compreender o Arquivo Escolar como um lugar de memórias das pessoas – estudantes, professores, pais e outros profissionais -, que vivenciaram esse lugar.

B. Metodologia

Os procedimentos adotados para a investigação desse trabalho são referenciais teóricos que abordam o tema, bem como a utilização de fontes documentais, dentre elas, os documentos do arquivo da Escola Estadual Belvinda Ribeiro, ou seja, documentos escolares, legislações e entrevistas.

No intuito de desvendar a relação educação, história da educação, memória, lugar de memória, arquivos escolares e documento público, utilizamos como fontes legislações sancionadas pelos Governos Brasileiros no âmbito federal, estadual e municipal, pertinentes a área arquivística, visando detectar ações de políticas culturais que preservem o patrimônio, entre eles, os documentos escolares, que nos permitem escrever a história da educação de Montes Claros.

Foram usadas também as fontes orais. Ao entrevistar os profissionais que trabalham e/ou trabalharam no arquivo da Escola procuramos conhecer o seu perfil e, a partir desse preceito, analisamos as suas posturas como protetores e preservadores do patrimônio cultural local, especificamente o patrimônio documental, no sentido de dar transparência as ações políticas do Estado. Colhemos também depoimentos dos usuários de arquivos escolares, visando detectar as dificuldades encontradas para manusear a referida documentação durante suas pesquisas. Foram entrevistados também cidadãos montesclarenses, visando verificar como percebem o papel do arquivo escolar como lugar de memória e espaço para constatar seus direitos e deveres. Portelli afirma que, o “fato de um relato ser um confronto com o tempo está implícito na tentativa de gravar um tempo especial em que ele pode ser colocado – um tempo fora do tempo, um tempo sem tempo” [1].

10^o

FEPEG FÓRUM

ENSINO • PESQUISA
EXTENSÃO • GESTÃO

RESPONSABILIDADE SOCIAL: INDISSOCIABILIDADE
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



ISSN 1806-549 X

Enfim, a metodologia de história oral possibilitou, que um tema como a relação arquivo escolar-lugar de memória seja (des)construído e analisado nas suas nuances, bem como se reinterprete a sociedade na qual essas relações se estabelecem e se encontra inserido.

Além das entrevistas examinamos alguns documentos escritos referentes ao período da fundação da Escola Estadual Belvinda Ribeiro até os dias atuais (2015) com o objetivo de verificar as ações da Instituição em relação ao Estado, aos trabalhadores da Escola e estudantes. As informações qualitativas contidas nos documentos citados acima e outros relatos abordando educação, história da educação, memória, arquivos escolares e documento público, foram fichados para confronto estatístico.

Outro método utilizado, sobretudo para apreciação dos documentos constitui-se da Análise – histórico – lógico, que estuda a trajetória real dos fenômenos e acontecimentos no decurso de sua história. O método lógico e histórico não está divorciado entre si, pelo contrário se complementam e estão intimamente vinculados. O método lógico serviu para embasar teoricamente um fenômeno baseado nos dados que proporcionam o método histórico, de maneira que não constitua simplesmente um raciocínio especulativo. De igual modo, o método histórico possibilitou descobrir a lógica objetiva do desenvolvimento histórico do fenômeno e não limitar-se a simples descrição dos fatos. Deveremos afirmar a unidade dialética entre o método lógico e/ou histórico.

Resultados

A hipótese central desse trabalho constituiu-se em que os cidadãos não conhecem os arquivos escolares como proteção dos seus direitos e reconstituição de sua história. Daí a necessidade de resgatar esse valor imbuído nos arquivos desde os primórdios dos tempos, verificando a sua importância enquanto espaço político e cultural, lugar de memórias para a construção, desconstrução e reconstrução de outras histórias e memórias.

Dessa forma, o estudo procurou investigar os arquivos escolares como constituídos pelo poder público com a finalidade de preservar determinadas memórias, ou seja, a memória conveniente a ordem vigente, que geralmente não contempla as minorias sociais. Para que isso ocorra foi necessário compreender os critérios adotados pelas referidas instituições na seleção do que deve ser preservado sobre a memória da escola. Inquietações surgiram acerca dessa questão, entre elas: guardam-se quais documentos? Porque são preservados determinados documentos? Quem determinou o que deve ser preservado? Quais os motivos levaram a determinar esses critérios?

Outra questão importante que, sobretudo faz parte do senso comum é ter o arquivo apenas como guardião de papéis antigos e velhos, o famoso “arquivo morto”, desvinculado da administração e do cotidiano de uma instituição. O arquivo colabora na execução das transações de uma instituição e é também produtor de memória e, posteriormente se transforma em lugar de memórias. Diante desse quadro emergiram mais indagações, que são: Como isso acontece? Quais os trâmites para culminar assim? Como o cidadão não se percebe nesses documentos? Como se elabora memórias convenientes a determinados grupos? Porque, para quê e qual o sentido dessas manipulações? Como a detenção de documentos oficiais que historicamente constata dominação, resistência, cooptação e consenso podem transformar em possibilidades de outras histórias? Qual a importância da educação patrimonial?

Com se constata, são muitos os questionamentos propostos pelo estudo, cujos resultados se encontram de forma parcial, pois, ainda não está concluído.

Discussão

Tem-se assistido nas últimas décadas a um elevado padrão de desenvolvimento dos meios de informações, graças, sobretudo, à difusão de avançadas tecnologias como o computador e outros meios de reprografia. O termo difundido por Le Goff [2] para designar este fenômeno é incisivo: trata-se de uma “revolução documental”.

Milhares de dados são recebidos e decodificados, transmitidos e depois descartados em uma velocidade jamais experimentada pela humanidade. Tal sociedade tecnológica, como observa André Porto Ancona [3] Lopez, tem o seu passado formado a cada instante e, por conseqüência, valoriza esta memória perdida, eliminada com a mesma velocidade com que fora concebida.

Nesse sentido, a temática da memória tem ganhado atenção de estudiosos e pesquisadores em geral, tendo em vista a necessidade de registrar o passado que se faz breve. Seria um tempo de “efervescência da memória”, passando esta a ser objeto também de minorias, sindicatos e entidades privadas pela busca de suas identidades e reivindicações.

Pensando em arquivar estes rápidos passados, a sociedade recorre aos órgãos de memória como os museus, os arquivos, buscando uma espécie de “reificação do passado”. Os pesquisadores da História, nesse sentido, agiram como

10^o

FEPEG FÓRUM

ENSINO • PESQUISA
EXTENSÃO • GESTÃO

RESPONSABILIDADE SOCIAL: INDISSOCIABILIDADE
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



ISSN 1806-549 X

o principal articulador da memória como dado a ser “arqueologizado”. Pierre Nora [4] descreve que identifica como uma “materialização da memória”, os arquivos.

Nessa perspectiva, Nora definiu como lugares de memória, locais materiais ou imateriais nos quais se encarnam ou cristalizam as memórias de uma nação, e onde se cruzam memórias pessoais, familiares e de grupo como monumentos, uma igreja, um sabor, uma bandeira, uma árvore centenária, enfim, objetos que simbolicamente identificam um grupo social ou um povo. Estes lugares da memória coletiva constituem imagens, idéias, sensações, sentimentos e vivências individuais e de grupo, num processo de reviver as experiências coletivas, que têm o poder de garantir o sentimento de pertença e de identidade, que configuram a “herança” cultural de um povo.

Sendo assim, Nora apresenta sua categoria de Lugares de Memória como resposta a essa necessidade de identificação do indivíduo contemporâneo. São nos grupos “regionais”, ou seja, sexuais, étnicos, comportamentais, de gerações, de gêneros entre outros, que se procura ter acesso a uma memória viva e presente no dia-a-dia. Na busca para uma solução possível ao problema de “não se ter memória”, pontua que se não há uma memória espontânea e verdadeira, há, no entanto, a possibilidade de se acessar a uma memória reconstituída que nos dê o sentido necessário de identidade. Isso faz parte de sua idéia de que os lugares de memória se configuram essencialmente ao ser espaço onde a ritualização de uma memória-história pode ressuscitar a lembrança, tradicional meio de acesso a esta. Nessa categoria de lugares de memória, os arquivos escolares se incluem. Sob esta perspectiva, os documentos públicos e escolares da cidade de Montes Claros ganham relevância e se tornam um vasto campo de pesquisa em busca de uma História que privilegie as mudanças, uma História que ignorando a “monumentalização do passado”, se proponha a identificar a maleabilidade da memória coletiva e compreender como foi concretizada e para que fim.

Nesse sentido, a intenção desta pesquisa foi demonstrar as referências históricas e culturais, das fontes primárias e secundárias, ao qual pode-se recorrer para traçar o percurso do historiador, mas revelador da história e memória de um povo. Os lugares institucionalizados de Memória, constituídos e mantidos para servir ao público, nas instituições que são denominadas de Arquivos, em especial, os escolares..

Considerações finais

Diante das indagações propostas pelo estudo, algumas já são passíveis de respostas. Pensar os arquivos escolares e ter como *locus* de pesquisa a Escola Estadual Belvinda Ribeiro concluímos que, escolas guardam os documentos, que produzem e/ou recebem no decorrer da sua existência. Essa documentação é depositada de forma assistemática, pois não há um especialista para tal função. Na escola quem tem o papel de organizar a documentação escolar é o secretário. Esse profissional também produz muitos documentos escolares. Entre o acervo escolar, podemos citar: pastas funcionais, cadernetas escolares, boletins de ocorrência, correspondências recebidas e expedidas, fichas de alunos, diplomas, etc. Esses documentos são preservados porque são probatórios, na sua maioria. A legislação escolar normatiza a guarda dessa documentação. As outras interrogações, ainda estão em busca de resposta, pois a pesquisa é parcial.

Referências

- [1] PORTELLI, Alessandro. “O momento daminha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro et al (Orgs.). **Muitas histórias, outras memórias**. São Paulo: Olho d’água, 2000. p. 297-298.
- [2] LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas. São Paulo: UNICAMP, 1996.
- [3] LOPEZ, André Porto Ancona. **Tipologia documental de partidos e associações políticas brasileiras**. São Paulo: Edições Loyola. 1999.
- [4] NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 10, p 7-28, dez. 1993.